

PROCESSO DE OBJETIVAÇÃO E APROPRIAÇÃO: O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA DA EMANCIPAÇÃO HUMANA

Bárbara Cristhinny Gomes Zeferino ¹

RESUMO

O presente artigo pretende abordar o processo de objetivação e apropriação na perspectiva da emancipação humana, destacando o papel que a educação, numa perspectiva ontológica, cumpre nesse processo. Compreendendo que o complexo da educação, em seu sentido amplo e restrito desempenha a função social de transmitir aos indivíduos o conhecimento produzido e acumulado pela humanidade, atuando no âmbito da reprodução social, contribui com a apropriação do processo de objetivação. O processo de objetivação e apropriação inicia-se na relação indivíduo e natureza. Por meio da qual a espécie humana realiza a atividade fundante, o trabalho, que consiste na transformação da natureza em bens úteis à existência humana, possibilitando o salto do ser social que ao transformar também se autotransforma e adquire novas capacidades e habilidades. Nesse momento ocorrem esses dois momentos que são diferentes, mas constituem uma unidade do processo de produção. O complexo da educação tem como tarefa primordial, permitir a apropriação individual do patrimônio produzido pelo gênero humano. E como os demais complexos sociais, ela constitui-se, historicamente, ao longo da sociabilidade. No entanto, a educação cumpre o papel social de não só possibilitar aos indivíduos a apropriação do conhecimento como também por meio dela instrumentaliza os mesmos para a objetivação. Nesse sentido, pretendemos abordar a processo de objetivação e apropriação, destacando a função social que a educação numa perspectiva revolucionária cumpre para a emancipação humana ao possibilitar a apropriação da riqueza social produzida pela humanidade.

Palavras-chave: Educação, objetivação, apropriação e emancipação humana.

INTRODUÇÃO

O processo de objetivação e apropriação inicia-se na relação indivíduo e natureza, resultado da atividade fundante, o trabalho, que consiste na transformação da natureza pelo ser social que, ao transformá-la em bens úteis a sua existência, também se autotransforma e adquire novas capacidades e habilidades.

O segundo momento se estende nos demais complexos sociais presentes nas relações sociais de reprodução das diferentes formas de sociabilidade. Nessa direção, Duarte (2013, p. 168) ressalta que “[...] a categoria de apropriação se refere também ao processo coletivo pelo qual os seres humanos apropriam-se das forças sociais já existentes [...]”.

¹ Professora Adjunta I da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, barbara_cristhinny@uvanet.br;

A objetivação, enquanto produção de objetos, síntese do trabalho e do processo histórico de humanização constitui-se em cada modo de produção ao mesmo tempo igual e distinto. Igual, pois em toda e qualquer sociabilidade há objetivações; distinta, pois, em cada uma, essas atividades se realizam com determinações históricas e produtivas diferentes.

Nas sociedades de classes, que se caracteriza pela existência da propriedade privada, marcada pela exploração de uma classe por outra. Em que a classe que produz não se apropria e nem decide sobre as objetivações, que são controladas e apropriadas pela classe dominante, aquelas ocorrem de forma alienada.

Na sociedade capitalista, a objetivação do trabalho torna-se cada vez mais social, enquanto sua apropriação cada vez mais privada. Esta contradição decorre devido à forma de trabalho sustentar-se na exploração da classe trabalhadora que é obrigada a vender sua força de trabalho para produção de mercadorias e mais-valia – tempo disponível convertido em excedente, do qual se extrai o mais-valor –, gerando a riqueza social que é apropriada privadamente pela classe detentora dos meios de produção e do tempo livre.

Compreendendo que o processo de objetivação e apropriação se inicia no intercâmbio entre o ser social e a natureza e permanece nos demais complexos determinados historicamente. No contexto de alienação, complexos como a educação, que cumpre o papel de possibilitar as apropriações sociais, como também instrumentalizar para o desenvolvimento das objetivações pelo conjunto dos indivíduos, encontra-se atravessada pelas alienações.

Na sociedade capitalista, as apropriações das objetivações são marcadas também pelas opressões de raça, gênero e nacionalidade. Definindo a partir dessas, quem e em que condições essas apropriações se darão. Conforme González (2020, p. 160), [...] discriminação de sexo e raça faz das mulheres negras o segmento mais explorado e oprimido da sociedade brasileira, limitando suas possibilidades de ascensão. [...].

O racismo que sustenta a sociedade capitalista, nega não só a contribuição fundamental da população negra no processo de objetivação, como a exclui das apropriações, definindo primeiro, qual lugar essa população ocupa na produção das objetivações e o que lhe será permitido no processo de apropriação.

A partir dessa compreensão, o presente artigo inicia a discussão a partir dos fundamentos da educação, sua gênese, natureza e função social, ao abordar na perspectiva do materialismo histórico dialético, o complexo fundante, o trabalho, atividade que ocorre as objetivações, os demais complexos sociais que surgem para mediação das relações

sociais e correspondem ao processo de apropriação, dentre esses complexos, trataremos da educação e seu papel na perspectiva da emancipação humana.

METODOLOGIA

Este artigo consiste numa análise sobre o processo de objetivação e apropriação e qual o papel da educação na perspectiva da emancipação humana, sob a luz do materialismo histórico dialético. Compreendendo que a educação é um complexo social no âmbito da reprodução social, cuja função consiste em possibilitar que os indivíduos se apropriem das objetivações e se instrumentalizem para o desenvolvimento das mesmas, em cada forma de sociabilidade encontramos processos distintos. Nesse sentido, que buscamos identificar qual o papel da educação na perspectiva da emancipação humana.

Realizamos uma pesquisa bibliográfica, utilizando autores como Marx, Engels e Duarte sobre o processo de objetivação na sociedade capitalista; Leontiev, Tonet e Mészáros sobre a função social da educação no processo de apropriação e emancipação humana. Leacock e González para tratarmos sobre as opressões do capitalismo como elemento que determina o processo de apropriação vigente e sua superação para a emancipação humana.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho concreto, que cria valor de uso, é o fundamento do ser social, portanto, existe em toda e qualquer forma de sociabilidade. Apesar de ser uma atividade universal, o trabalho se efetiva de forma particular em determinadas condições históricas.

Na sociedade capitalista, a relação entre trabalho e indivíduo torna-se uma atividade alienada que, em vez de realizar o trabalhador, o desumaniza, enquanto o produto do seu trabalho ganha uma força dominadora e estranha a ele, pois conforme Marx (2004, p. 112), “[...] quanto mais o trabalhador se esgota a si mesmo, mais poderoso se torna o mundo dos objetos, que ele cria diante de si, mais pobre ele fica na sua vida interior, menos pertence a si próprio”.

A alienação do trabalho consiste em uma atividade obrigatória, de subsistência do trabalhador, pois ela transforma-se em meio de vida. Nesse processo tem-se uma negação, perda de si mesmo, do trabalhador, uma vez que o seu trabalho, assim como o produto deste, não lhe pertence, mas pertence ao outro que compra sua força de trabalho.

Na sociedade capitalista, portanto, as objetivações são marcadas por relações de exploração e de controle pela classe dominante, reverberando diretamente no processo de apropriação e desenvolvimento dos indivíduos. Impactando nos demais complexos, como o da educação que não só tem o papel de possibilitar aos indivíduos a apropriação das objetivações e do conhecimento acumulado, como instrumentaliza-os para a produção dessas.

A apropriação das objetivações ocorre para todos os indivíduos, mas ela também é histórica e socialmente determinada. No sistema capitalista, por exemplo, essa apropriação se dá num contexto de alienação, atravessada por distintas formas de exploração e opressões: de classe, de raça, de nacionalidade e de gênero. As formas de opressão definem de que forma, medida e grau as objetivações serão apropriadas. Para Duarte (2013, p. 160),

[...] todo indivíduo forma-se como membro do gênero humano por meio dos processos de apropriação e objetivação. Entretanto, nas relações sociais alienadas, a maioria dos seres humanos vive quase exclusivamente no âmbito da genericidade em si, não se tornando indivíduos para si, seres genéricos para si, não construindo sua individualidade como uma singularidade que mantém uma relação consciente, livre e universal com o gênero humano.

Só na sociedade emancipada, os indivíduos poderão apropriar-se das objetivações produzidas de forma consciente, livre, coletiva e universalmente, portanto, livres dos entraves da propriedade privada, da mercantilização das objetivações e da apropriação. Para isso, conforme Marx e Engels, os indivíduos precisam se apropriar das objetivações materiais e espirituais produzidas coletivamente no passado.

[...]. Essa apropriação está primeiramente condicionada pelo objeto a ser apropriado – as forças produtivas desenvolvidas até formar uma totalidade e que existem apenas no interior do intercâmbio universal. [...]. A apropriação dessas forças não é em si mesma nada mais do que o desenvolvimento das capacidades individuais correspondentes aos instrumentos materiais de produção. A apropriação de uma totalidade de instrumentos de produção é, precisamente por isso, o desenvolvimento de uma totalidade de capacidades nos próprios indivíduos. (MARX; ENGELS, 2007, p. 73)

Os indivíduos responsáveis por cumprir tal tarefa e, a partir dela, construir relações sociais emancipadas é a classe trabalhadora, sujeito do processo revolucionário, pois a ela é imposta a alienação do processo de objetivação e os impedimentos para a sua apropriação. Portanto a desalienação social depende da superação da alienação da classe trabalhadora verdadeiramente interessada nesse processo. Conforme os autores acima (MARX, ENGELS, 2007, p. 73),

[...]. Essa apropriação é, além disso, condicionada pelos indivíduos que apropriam. Somente os proletários atuais, inteiramente excluídos de toda autoatividade, estão em condições de impor sua autoatividade plena, não mais limitada, que consiste na apropriação de uma totalidade de forças produtivas e no decorrente desenvolvimento de uma totalidade de capacidades. [...].

Compreendemos a partir de Marx e Engels que o trabalho associado fundamenta a sociedade emancipada que possibilita a objetivação e a consequente apropriação consciente, livre, coletiva e universal, que visa ao atendimento das necessidades humanas e à autoconstrução dos indivíduos em sua generidade. Conforme Tonet, todo o processo de produção deve objetivar tal finalidade. “[...]. Isso significa que os fins, os meios, as formas de realização e de apropriação dos produtos, tudo deve ser posto, livre e conscientemente, pelos próprios produtores”. (TONET, 2005, p. 138). O autor destaca também, que (2005, p. 194)

[...], a apropriação humanamente emancipada implica na compreensão de que uma relação harmônica com a natureza é uma condição absolutamente indispensável para uma autoconstrução efetivamente humana. E que isso significa, também um domínio consciente sobre a sua própria natureza para que ela se desenvolva no sentido humano e não alienado.

Tal afirmação nos remete ainda ao ponto com que iniciamos essa discussão, ao afirmar que o processo de objetivação e apropriação se inicia no intercâmbio entre o ser social e a natureza e permanece nos demais complexos determinados historicamente. Consoante o mesmo autor (TONET, 2013), das atividades que são importantes para a construção de uma sociedade emancipada, há a dimensão educativa. Pois a educação é, segundo Tonet, certamente umas das dimensões de grande importância para a reprodução social. Por isso, a relação que marca o processo de humanização deve se realizar em condições não só humanizadas entre os indivíduos e a natureza, mas também garantir a autoconstrução cada vez mais ampla do gênero humano, nas relações entre os seres humanos, na qual encontramos entre outras dimensões, a da educação.

O processo unificado e humanizado de objetivação e apropriação possibilitará ao ser social o tempo livre que se manifestará na riqueza das relações sociais elevadas e individualmente potencializadas. Para Tonet (2005, p. 164), “[...], tornar-se rico e complexo é um processo de apropriação cada vez mais amplo e intenso, por parte dos indivíduos, de todas as objetivações que fazem parte do patrimônio humano, não apenas no plano material, mas também no espiritual”.

O complexo da educação² objetiva, como sua tarefa primordial, permitir a apropriação individual do patrimônio produzido pelo gênero humano. E como os demais complexos sociais, ela constitui-se, historicamente, ao longo da sociabilidade. Segundo Tonet (2005, p. 222),

[...]: ela consiste em propiciar ao indivíduo a apropriação de conhecimento, habilidades, valores, comportamentos, etc., que se constituem em patrimônio acumulado e decantado ao longo da História da humanidade. Nesse sentido, contribui para que o indivíduo se construa como membro do gênero humano e se torne apto a reagir diante do novo de um modo que seja favorável à reprodução do ser social na forma em que ele se apresenta num determinado momento histórico.

O processo de apropriação compreende não só o acesso aos bens materiais produzidos, mas à cultura, a riqueza espiritual, em que os nossos próprios sentidos humanos são construídos socialmente. Quanto mais nos apropriamos de modo humanizado do mundo, mais ricos nos tornamos em objetivações e em sentidos e capacidades humanas. Consonante Marx (2015, p. 349, grifos do autor),

[...]. O homem apropria-se da sua essência omnilateral de uma maneira omnilateral, portanto como um homem total. Cada uma das suas relações *humanas* com o mundo, ver ouvir, cheirar, saborear, tatear, pensar, intuir, sentir, querer, ser ativo, amar, em suma, todos os órgãos da sua individualidade, bem como os órgãos que são imediatamente na sua forma órgãos comunitários, [VII] são no seu comportamento *objetivo* ou no seu *comportamento para com o objeto* a apropriação do mesmo, a apropriação da realidade *humana* [...].

A apropriação, portanto, não ocorre naturalmente, é um processo que se encontra posto na realidade social, mas necessita de complexos sociais para mediar esse processo que permite ao indivíduo constituir-se como parte do gênero humano. Conforme Leontiev (1978, p. 266),

as aquisições do desenvolvimento histórico das aptidões humanas não são simplesmente dadas aos homens nos fenômenos objetivos da cultura material e espiritual que os encarnam, mas são aí apenas postas. Para se apropriar destes resultados, para fazer deles as suas aptidões, “os órgãos da sua individualidade”, a criança, o ser humano, deve entrar em relação com os fenômenos do mundo circundante através doutros homens, isto é, num processo de comunicação com eles. Assim, a criança aprende a atividade adequada. Pela sua função, este processo é, portanto, um processo de educação.

² Estamos nos referindo ao complexo da educação, no sentido amplo, enquanto uma atividade universal, que visa transmitir e produzir o conhecimento acumulado pela humanidade. Em seu conceito restrito, a educação apresenta-se determinada historicamente e na sociedade capitalista, ela se encontra alienada e tem entre outros objetivos reproduzir os interesses e a ideologia da classe dominante, bem como preparar os indivíduos para tornarem-se força de trabalho ou superpopulação relativa.

O complexo da educação é responsável, independente da sua forma histórica, pela transmissão das objetivações construídas pela humanidade ao longo das gerações, possibilitando a apropriação das diversas atividades e riquezas culturais e a construção do indivíduo como ser humano. No entanto, nas sociedades de classes, a educação não só restringe esse processo à classe dominante, como, na atual ordem, impede seu acesso à classe dominada. Consonante Tonet (2005, p. 209),

o pleno desabrochar destas possibilidades, [...], é bloqueado e pervertido pelas relações sociais fundadas na propriedade privada. Vale dizer, a divisão social do trabalho é intensificada; o acesso à educação é cada vez mais dificultado; os próprios conteúdos são cada vez mais fragmentados e alienados; o processo educativo é sempre mais submetido às regras do mercado. Disso tudo resulta uma formação dos indivíduos cada vez mais unilateral, deformada e empobrecida.

Na sociedade capitalista, a apropriação é determinada junto com a condição de classe, pela questão racial e de gênero. Conforme Gonzalez (1982), no próprio espaço escolar, o qual se apresenta como o único lugar que a população negra tem acesso ao conhecimento, há uma negação, um apagamento do conhecimento produzido e acumulado pelas mulheres, pelos povos indígenas e negros. A educação brasileira se apresenta, portanto, como um espaço sexista, elitista e racista.

O que demonstra os limites da educação, entre outros processos, no de apropriação quando, por exemplo, estes são postos, de acordo com Tonet (2005), pelas relações sociais de produção sob condições de alienação. O trabalho, objetivação que produz riqueza material e espiritual, enquanto fundamento dos complexos sociais, como a educação – encontra-se nas sociedades de classes atravessado pela exploração e opressão, determinando assim os limites imanentes a estes complexos. Para Leontiev (1978, p. 272),

[...] na sociedade de classes, mesmo para o pequeno número que usufrui as aquisições da humanidade, estas mesmas aquisições manifestam-se na sua limitação, determinadas pela estreiteza e caráter obrigatoriamente restrito da sua própria atividade; para a esmagadora maioria das pessoas, a apropriação destas aquisições só é possível dentro de limites miseráveis.

Conforme Gonzalez (2020), o racismo demonstra sua estrutura eficaz, enquanto um articulador entre o conjunto de ideias e de práticas, ao estabelecer uma divisão racial do trabalho, cuja se apresenta em todas as formações socioeconômicas capitalistas e

multirraciais contemporâneas. Impactando nos diversos complexos sociais, como o da educação.

No modo de produção capitalista, a educação apresenta-se, segundo Tonet (2005), envolta por um caráter contraditório, pois, ao mesmo tempo que ela contribui para a autoconstrução humana por meio da apropriação da riqueza cultural produzida pelo gênero humano, tornando os indivíduos mais ricos e complexos, ela pode contribuir para sua submissão de classe. Sob a égide do sistema vigente, há não só um limite da própria ação educativa, como o acesso a esta é cerceado para a maioria das pessoas, bem como o conteúdo e a qualidade da educação. O objetivo desta na ordem vigente não é a “realização plena de todos os indivíduos e, pois, do gênero humano” (TONET, 2005, p. 224), mas a conservação da ordem vigente e a reprodução do capital.

A sociedade capitalista, ao mesmo tempo em que contribui com o desenvolvimento das forças produtivas, permitindo condições para objetivações sociais cada vez mais universais do gênero humano, dedica-se para que estas ocorram de forma cada vez mais alienada e as suas respectivas apropriações sejam acessíveis a uma minoria. Conforme Duarte (2013, p. 71), “[...]. O desafio da humanidade está em superar essas formas alienadas de objetivação e apropriação, mas os seres humanos não poderão, em hipótese alguma, deixar de se objetivar e de se apropriar de suas objetivações”.

Essa superação, significa o fim da propriedade privada e da forma alienada do trabalho e a instauração do trabalho associado que implica no controle consciente, livre, universal e coletivo da produção, das diversas formas de objetivação e apropriação.

Marx aponta as contradições desta tarefa que exige condições de desenvolvimento das forças produtivas, de formas de objetivação e apropriação cada vez mais sociais. Estas são postas de forma elevada na sociabilidade capitalista, no entanto, apresentam-se de modo alienado, envoltas pelo fetiche da mercadoria e por relações desumanizadas.

Nesse sentido, a liberdade efetiva do ser social só será possível quando as objetivações humanas forem plenamente livres e para isso as relações entre os próprios indivíduos que objetivam o mundo precisam ser despidas de seu caráter fetichista e desumanizador. De acordo com Leontiev (1978, p. 272), “[...] a destruição das relações sociais assentes na exploração do homem pelo homem, que engendram este processo, só ela pode pôr fim e restituir a todos os homens a sua natureza humana, em toda a sua simplicidade e diversidade”.

O autor destaca ainda que são necessárias condições que permitam a libertação dos indivíduos, como o peso do fardo da necessidade material, a supressão da “[...] divisão

mutiladora entre trabalho intelectual e trabalho físico”, além da criação de “[...] um sistema de educação que lhes assegure um desenvolvimento multilateral e harmonioso que dê a cada um a possibilidade de participar enquanto criador em todas as manifestações da vida humana”. (LEONTIEV, 1978, p. 273).

No entanto, a emancipação consiste num longo processo revolucionário de lutas contra a exploração e as opressões. Conforme Leacock (2019, p. 357 e 358, grifos da autora),

[...]. Em última instância, o problema de transformar a sociedade capitalista mundial é tão vasto, tão gigantesco, que levar tal problema a sério exige o reconhecimento da necessidade de combinar o impulso especial para a libertação de metade da humanidade, das mulheres como *mulheres*, com a força motriz de mulheres e homens na condição de trabalhadores e de membros de raças e nações oprimidas.

Para Mészáros (2005), a educação exerce um papel imperativo não só na elaboração de estratégias para a apropriação da riqueza social e instrumento de luta ideológica, como também no processo de conscientização dos indivíduos para a transformação radical da ordem social vigente. “Portanto, não é surpreendente que na concepção marxista a *‘efetiva transcendência da auto-alienação do trabalho’* seja caracterizada como uma tarefa inevitavelmente educacional”. (MÉSZÁROS, 2005, p. 65, grifos do autor).

O autor destaca ainda que a solução efetiva para a superação da auto-alienação do trabalho e a instauração de “uma ordem social qualitativamente diferente” (p. 71) de produtores livremente associados, só ocorrerá se houver “[...] a universalização conjunta do trabalho e da educação”. (MÉSZÁROS, 2005, p. 67).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em concordância com os autores aqui postos, compreendemos que só a superação da propriedade privada, e do processo de objetivação e apropriação atravessado por condições de alienação e a instauração do trabalho associado, atividade livre, consciente, coletiva e universal possibilitarão a existência de complexos sociais, como a educação, responsáveis por uma apropriação cada vez mais universal, consciente, humanizada e omnilateral. No entanto, Mészáros (2005, p. 73) ressalta que os objetivos emancipadores não serão concebíveis sem “[...] a intervenção mais ativa da educação, entendida na sua

orientação concreta, no sentido de uma ordem social que vá para além dos limites do capital”.

Faz-se importante ressaltarmos que a destruição da ordem vigente e a construção de uma sociedade emancipada constitui-se o problema da transição socialista, na qual teremos diversos complexos sociais, entre eles a educação como instrumentos de lutas.

No contexto da sociedade capitalista, as objetivações e conseqüentemente as apropriações, são definidas não só pela exploração de classe, como também pelas opressões de gênero, raça e nacionalidade. Portanto, pensar a educação na perspectiva da emancipação humana é lutar concomitantemente pela superação dessas opressões. Considerando o papel que a educação tem no processo de formação humana e na apropriação das objetivações, pensa-la na perspectiva da emancipação humana, é entender também a importância, enquanto instrumento de luta ideológica que a educação tem no processo de transformação social, parafraseando Paulo Freire, a educação não muda o mundo, mas muda as pessoas que irão transformá-lo e que sozinha, a educação não o transforma, mas sem ela tampouco a sociedade muda.

REFERÊNCIAS

- DUARTE, Newton. **A individualidade para si: contribuição a uma teoria histórico-crítica da formação do indivíduo**. Campinas: Autores Associados, 2013.
- GONZALES, Lélia. LIMA, Márcia. RIOS, Flávia (org.). **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- GONZALEZ, Lelia. O movimento negro na última década. In: **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- LEACOCK, Eleanor Burke. **Mitos da dominação masculina: uma coletânea de artigos sobre as mulheres numa perspectiva transcultural**. São Paulo: Instituto Lukács, 2019.
- LEONTIEVE, Alexis. **O homem e a cultura. In: O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Horizonte, 1978.
- MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos – Filosóficos**. [tradução Alex Marins]. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, Karl. **Cadernos de Paris: manuscritos econômico-filosóficos de 1844**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Unijuí, 2005.

